

Pátria Coroada. O Brasil como Corpo Político Autônomo. 1780-1831. Iara Lis Carvalho Souza. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

Cláudia Eliane Parreiras Marques¹.

O livro de Iara Lis insere-se num conjunto de obras produzidas nos últimos anos que revisitaram temas e temporalidades da historiografia brasileira. Tais abordagens, às vésperas das comemorações dos 500 anos do Brasil, acabaram por suscitar uma revisão nos estudos nacionais, ou ainda, apresentaram novas interpretações dos fatos e acontecimentos ocorridos na América Portuguesa e no Império Brasileiro.

Pátria Coroada, em particular, é fruto de uma tese de doutoramento defendida na Universidade Estadual de Campinas. A autora procurou analisar a época da fundação do Estado nacional no Brasil, destacando a transmigração da família real portuguesa para a América, a instalação da Corte no Rio de Janeiro e as relações entre Portugal e Brasil. As análises extrapolam o processo de independência e da implantação do Estado Imperial, chegando a enfocar o desgaste político que culminou na abdicação de D. Pedro I.

O objetivo do livro é compreender a formação do Brasil enquanto uma nação livre e detentora de um *corpo político* autônomo – termo empregado e utilizado na época. Neste contexto, pesquisou os rituais do poder, a retórica textual e a imagética presente nas comemorações e festas ocorridas nas praças públicas. A autonomia do Brasil, enquanto um *corpo político* autônomo, é compreendida através da simbologia implícita nas festas dedicadas ao primeiro imperador. Os mesmos lugares – praças e ruas – que no início da década de 1820 foram palco para a afirmação do poder e da soberania cedem,

¹ Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo, Pesquisadora do Centro de Demografia Histórica da América Latina - CEDHAL/USP.

HISTÓRIA SOCIAL	Campinas - SP	Nº 8/9	249-253	2001/2002
-----------------	---------------	--------	---------	-----------

ao final desse período, lugar às manifestações populares e políticas em desagrado à D. Pedro I. Por trás destes rituais, das comemorações e festividades na praça a autora analisa a “memória social” construída em torno de D. Pedro I. As obras e as imagens produzidas pelos artistas da missão francesa – Debret, Grandjean de Montigny e outros – ajudaram a entender parte dos signos e símbolos que margearam o *poder* e a *persona* de D. Pedro I.

A memória social em torno do *corpo* do primeiro Imperador foi, concomitantemente, gestada e associada à política desenvolvida e ao exercício do poder. A imagem de Brasil e a *persona* de D. Pedro I faziam parte de uma mesma face, um representava e traduzia o outro. “Estabelece-se aí uma espécie de torvelinho, pois, ao mencionar o Brasil ou D. Pedro o outro vem de imediato e necessariamente. Um se faz gêmeo e análogo do outro, ganhando uma condição quase mítica ao se imbricarem naquilo que se consolidou e cristalizou na memória nacional como a origem do Brasil independente” (p. 17).

O problema central do livro gravita em torno da figura do soberano, mesclado a uma rede de relações políticas nas quais se consolidou a idéia de um Brasil independente. A autora não pretendeu imputar para o período estudado o sentido de nação, concebida somente no final do século XIX. No entanto, Iara Lis chama a atenção para a “condição do Brasil enquanto Estado que precisa forjar representações e categorias que lhe garantam tal veracidade. É justamente neste ponto opaco que chamo a atenção. Pois se tornou opaco e, em certa medida, esquecido, graças a uma série de estratégias e escolhas político-sociais, implicando uma gama de conflitos e embates quanto às formas de entender o Brasil” (p. 15).

Destaca de forma especial as *reinvenções* do Brasil que podem ser observadas no movimento modernista de 1922 e, também, na “virada intelectual e epistemológica ocorrida na década de 1930, com Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre” (p. 15). Com isso percebe-se um diálogo constante com a historiografia brasileira associado a um estudo acurado das fontes primárias; discursos de época, registros de correspondências,

relatos e memórias, peças de teatro, obras literárias, iconografia e uma série de outros suportes pesquisados nos arquivos portugueses e brasileiros.

Iara Lis confeccionou o livro em oito capítulos redistribuindo-os conforme a “interpretação histórica da emergência do Brasil como um corpo político autônomo, sem desfazer-se de suas descontinuidades”. (p. 18) O primeiro capítulo estuda o papel do rei português, Dom João VI, sua saúde, o povo e o seu governo no Brasil. Tal capítulo desdobra-se na análise da inversão política-administrativa entre a metrópole portuguesa e a colônia. Aborda ainda os acontecimentos marcantes do período como a revolução pernambucana e as condições sócio-políticas que culminaram na independência: “(...) ao partir seu filho Pedro, aparecera como uma solução política, aos olhos de uma elite que perdia seu estatuto de corte e continuava ansiando por ocupar espaços políticos e públicos que serviam à sua necessidade de implementar um mercado próprio e garantir sua riqueza. Viram em D. Pedro alguém que conseguia domar a cena pública e, na conformação de sua *persona*, lançou mão das luminárias, retratos, pálios, entradas, sermões, reconhecendo a sua importância para instalar um pacto com o seu povo”. (p. 90)

O terceiro capítulo descortina as várias possibilidades de representações do Brasil e a opção final por D. Pedro I. *O Imperador-Contrato* compõe o quarto capítulo no qual discute a adesão das câmaras a favor de D. Pedro, os tumultos na praça, a adesão do povo, a aversão dos brasileiros aos portugueses e a monarquia constitucional como forma de vetar um projeto republicano são alguns dos temas abordados nesta parte.

O quinto e sexto capítulo compõe um mosaico no qual *O Imperador-Contrato-Festa* é personificado e sacralizado pelas inúmeras comemorações. É importante destacar aqueles que assistiam, participavam, preparavam e pensavam tais festas e cortejos do Imperador. Três instituições foram as responsáveis pelo sucesso destes rituais que mobilizavam a cidade, interrompendo seu funcionamento, alterando a rotina e o fluxo das ruas: a igreja, a câmara e os quartéis.

A festas do Primeiro Império apresentaram, segundo Iara Lis, características e conformações distintas daquelas ocorridas na América Colonial. A frequência constante destas comemorações, a sacralização do poder e do corpo do Rei, os signos que tais festas almejavam representar e a simbologia implícita marcaram a originalidade destes rituais, demarcando diferenças daqueles ocorridos anteriormente. “Enfim, acostumou-se com uma frequência maior de festas e com a sua suntuosidade, convivendo assiduamente, com toda uma liturgia do poder real que implicava também uma série de estratégias políticas”. (p.207). “Assim é que D. Pedro teve seu retrato espalhado pelo país, quando da sua aclamação, tal qual ocorrera muitas vezes quando se tratava do rei português, contudo, o verde-amarelo dos novos topos, a magnitude da festa e as alianças políticas que envolvia tornavam-na uma festa cívica do Brasil independente, que se distinguia das festas reais do passado colonial, cada vez mais distantes”. (P. 214)

As festas produzidas e pensadas pela realeza intercambiavam o poder político com o poder divino. Muitas vezes o imperador tomava assento em altares, desfilava sobre pálios, era adorado e festejado como uma divindade. Sua imagem era afixada em xícaras, panos de mesa e guardanapo. Projetos e plantas de monumentos para praças e ruas também constituíam parte desta construção e fixação do poder e da memória social. Papel importante tiveram os artistas da missão francesa, em especial Debret e Grandjean de Montigny. A imagem da família real (ideal), os principais acontecimentos do Império e os marcos do processo da independência foram moldados em pinturas e retratos; imortalizados portanto na memória nacional.

O sétimo capítulo demonstra como a *persona* de D. Pedro I mostrou-se integrante ao projeto político – a monarquia constitucional – que transformaria o Brasil em um corpo político autônomo. Essa imagem, entretanto, não se cristalizou no tempo. Diante das dificuldades econômicas e da insatisfação dos distintos grupos que compunham a arena política, a imagem do Imperador aos poucos descolou-se do Império; desgastou-se. Desta forma,

viu-se a necessidade de suprimir a *persona* de Pedro I. As festas já não surtiam o efeito desejado; pelo contrário foram substituídas por protestos, tumultos e insatisfações, configurando um novo cenário nas praças e ruas do Império brasileiro.

Por fim, a autora aborda o sentido do monumento construído em homenagem a Pedro I, na Praça da Constituição, hoje Praça Tiradentes. A estátua na qual o Imperador declarava a independência foi alvo de muitos discursos contraditórios. Teophilo Benedicto Ottoni batizou-a de *mentira de bronze*, imputando o título de verdadeiro *patriarca da independência* a Tiradentes. Este discurso não vingou e na inauguração do monumento, em 1862, novas concepções acerca da *persona* de Pedro I, de Tiradentes e do 7 de setembro configuraram-se.

Pedro I e Tiradentes continuavam ainda se rivalizando. Mas o que importava realmente era imortalizar o ato fundador do Brasil esvaziando, portanto, a imagem do Imperador e outros acontecimentos que não entrassem em sintonia com a proposta. “Nessa concepção da estátua desapareciam quaisquer referências às festas do imperador. Porém, fundia-se o grito do Ipiranga com a constituição de 1824. Numa nova dança das datas, a aclamação e a sagração iam perdendo importância”. (p.357). O 7 de setembro obscurecia a *persona* de D. Pedro, contribuindo, portanto, para o seu esquecimento ou compreendendo-o num outro diapasão, como salientou Iara Lis. Ao construir o monumento à Independência do Brasil as duas faces da moeda se sobrepunham; imortalizava o fato (o acontecimento) e ao mesmo tempo tornava-o como “coisa do passado”.

